



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012310-84.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Claudemir Cipriano da Silva**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

CONCLUSÃO

Em 11 de maio de 2015, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, **Dra. GABRIELA MÜLLER CARIوبا ATTANASIO**. Eu, Mirian Cury, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de **Ação Ordinária de Obrigação de Fazer com Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela Jurisdicional**, proposta por **CLAUDEMIR CIPRIANO DA SILVA**, representado pela Defensoria Pública, contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que é portador de *Insuficiência Renal Crônica (CID 10. N18)*, evoluindo com *Doença Mineral Óssea Grave (osteíte Fibrosa Cística)*, razão pela qual necessita do uso contínuo e por tempo indeterminado do medicamento de alto custo denominado **Cinacalcet 30**, devendo ingerir 1 comprimido 6 (seis) vezes ao dia. Informa que o custo aproximado do medicamento é de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), valor excessivamente oneroso, pois, em decorrência da doença, foi aposentado por invalidez, auferindo como benefício o valor de R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais). Com a inicial vieram os documentos de fls. 7/12.

Decisão que antecipou os efeitos da tutela às fls. 13/14.

Citada, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 31/37), alegando, que o autor busca um exagero medicamentoso às expensas do Estado, na medida em que o Sistema Único de Saúde fornece gratuitamente outros medicamentos para a patologia de que padece. No mérito, sustentou que o autor pretende o alargamento do rol de medicamentos e insumos que são fornecidos gratuitamente através do Sistema Único de Saúde, e que a dispensação obedece a critérios editados por Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

normas técnicas com o objetivo de padronizar os tratamentos clínicos e moléstias, bem como definir qual medicação deve ser ministrada em cada etapa do tratamento. Informa, ainda, que, no caso específico do requerente, existe Portaria do Ministério da Saúde que instituiu o Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas e fixou a forma de tratamento da doença, com etapas clínicas progressivas e fármacos que detém eficácia comprovada, não se podendo fornecer medicamentos de escolha individualizada. Requereu a improcedência do pedido, bem como a realização de prova pericial.

Houve réplica (fls. 42/49).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E A DECIDIR.

O pedido merece acolhimento.

Cabe aos Entes Públicos, União, Estados, Distrito Federal e Municípios terem em seus orçamentos verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde da população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso do autor, pelo que se observa do documento juntado às fls. 07.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, o autor demonstrou, como já visto, que não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento (fls. 07), situação que obriga o Estado a assisti-lo, por força da proteção que lhe garante o art. 196 da CF. Ademais, a necessidade dos medicamentos prescritos, foi atestada por médico conveniado à rede pública de saúde, através de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

parceira realizada com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos e a Maternidade "Dona Francisca Cintra Silva" (fls. 09/11).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para fornecimento contínuo e por tempo indeterminado do fármaco **Cinacalcet 30 mg** (seis comprimidos ao dia), devendo o autor apresentar relatório médico a cada seis meses, a fim de comprovar a necessidade da manutenção da medicação prescrita, bem como receita médica, sempre que for solicitado.

A requerida é isenta de custas, nos termos da lei.

Não há condenação em honorários de sucumbência pelo fato de o autor estar assistido pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação contra a Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: "Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença".

P. R. I.

São Carlos, 15 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**